Uma decisão arbitrária, acusam sindicalistas

por Célia Roseblum
de São Paulo

Representantes dos trabalhadores estão convencidos de que as alterações no encaminhamento das negociações da dívida externa, divulgadas pelo governo na última sexta-feira, não atendem a suas expectativas. "Mais uma vez, o governo anuncia algo arbitrariamente", criticou Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). "A proposta dos trabalhadores é manter os recursos aqui, e hoje não temos nada", disse Ricardo Baldino, secretário da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Na avaliação de Walter Barelli, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), as medidas do governo visam solucionar um problema de curto prazo e têm pequena amplitude em relação à

reivindicação dos trabalhadores: "Equacionar a dívida para sobrar recursos que permitam o crescimento interno".

"Queremos uma ação política. O Plano Cruzado levou o País a quase que uma insolvência e este pretendo endurecimento com os banqueiros internacionais representa, no fundo, um endurecimento interno, com maior arrocho salarial", disse Meneguelli. A CUT defende o não-pagamento da dívida. Mas, segundo seu presidente, apenas esta medida não é satisfatória: "É preciso discutir com o conjunto da sociedade como empregar o dinheiro que fica no País".

Em um encontro realizado na sexta-feira, CUT, CGT e outras duas centrais —PIT-CNT do Uruguai e Central Obrera Boliviana (COB)—, foi marcada, para 18 a 21 de maio, uma conferência sindical latino-americana e caribenha sobre a dívida externa.

Os organizadores esperam 63 centrais sindicais e pretendem traçar uma linha conjunta de ação para enfrentar a dívida, pagamentos de juros e serviços, "razões centrais do aprofundamento da crise social, econômica e política a que estamos submetidos", segundo a convocação do encontro organizado pelo comitê CUT, CGT, COB e PIT-CNT.